

Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1. Informação Geral

A N Seguros, S.A. (“N Seguros” ou “Seguradora”) foi constituída em 28 de Dezembro de 2007, tendo obtido autorização do Instituto de Seguros de Portugal para explorar os Ramos Não Vida no dia 13 de Dezembro de 2007. Contudo, iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2008, tendo como objectivo o exercício da actividade seguradora “Não Vida”, designadamente explorar o Ramo Automóvel.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Lusitania”), efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da Seguradora passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

A N Seguros, pessoa colectiva n.º 508 310 334, tem a sua sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX-Lote 20, Moreira da Maia, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o mesmo número.

A N Seguros é uma empresa de seguros que desenvolve a sua actividade exclusivamente por via de canais directos, nomeadamente, telefone e internet, sem a intervenção de quaisquer intermediários. Embora autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) a comercializar diversos produtos dos ramos Não-Vida, até à data, a sua actividade tem incidido no Ramo Automóvel (Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas) e, complementarmente a este, nos ramos Assistência e Protecção Jurídica.

Após ter registado uma expansão na casa dos dois dígitos em 2010, o mercado segurador apresentou, em 2011, uma contracção considerável, diminuindo os valores de produção até níveis inferiores a 2005. Os valores divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal apontam para um volume global de 11,6 mil milhões de euros de prémios, o que significa uma quebra de 4,7 mil milhões de euros face ao ano transacto. A evolução negativa do mercado segurador é, essencialmente, determinada pelo desempenho do ramo Vida, que atingiu valores próximos dos verificados em 2004.

Os ramos Não Vida apresentaram, em 2011, uma performance também negativa, mas menos acentuada (fechando o ano a perder cerca de 1,2% face a 2010, segundo dados do ISP). É notório o efeito de abrandamento da actividade económica (tendencialmente regressiva). No entanto, este efeito não se revelou inibidor de crescimento moderado de alguns ramos.

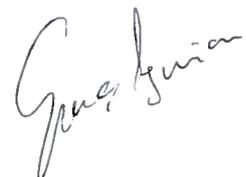
O Mercado de Directo (N Seguros, Seguro Directo, Ok Teleseguros e Logo), manteve o peso relativo de 2,4% no total dos prémios de Não Vida. No entanto, no ramo de Automóvel já representa uma quota de 5,9%, o que significa um aumento de 0,5p.p. face ao ano anterior. No total do Mercado Directo, a N Seguros detém uma quota de mercado de 12,2%. Analisando as quotas de mercado da N Seguros em 2011, verifica-se que o crescimento modesto do volume de prémios determinou a manutenção das quotas, quer ao nível dos Ramos Não Vida (0,29%), quer ao nível do Ramo Automóvel (0,63%).

As demonstrações financeiras agora apresentadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Março de 2012.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adoptadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo

 1 

ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentemente alterado pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Tal como descrito abaixo, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Seguradora adoptou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Seguradora.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Seguradora efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011:

- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente, a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.

- IFRIC 14 (alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.

- IFRIC 19 (alteração) 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Seguradora.

Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011:

O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pela Seguradora, quando aplicáveis.

- IFRS 1, 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que:

a) Uma entidade que adopte as IFRS pela primeira vez, e que altere as suas políticas contabilísticas ou a utilização das isenções previstas pela IFRS 1 após a publicação de demonstrações financeiras intercalares deve justificar essas alterações e incluir os respectivos impactos na reconciliação dos saldos iniciais, nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS;

b) A isenção de utilizar o "custo considerado" resultante de uma revalorização efectuada no âmbito de eventos como uma privatização, ocorrido à data ou antes da data da transição para as IFRS é alargada às revalorizações que ocorrem durante o primeiro período das demonstrações financeiras reportado em IFRS;

c) As Entidades sujeitas a regulação podem utilizar os valores contabilísticos dos activos tangíveis e activos intangíveis conforme registados no âmbito do normativo anterior, como "custo considerado", item a item. Na data da transição, as Entidades que utilizam esta isenção são obrigadas a testar cada activo para imparidade conforme previsto na IAS 36 – 'Imparidade de activos'.

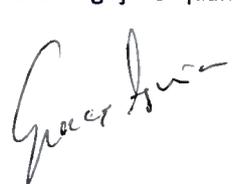
- IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que:

a) Pagamentos contingentes resultantes de uma concentração de actividades empresariais ocorridas em data anterior à adopção da IFRS 3 Revista (2008), devem ser contabilizados de acordo com os requisitos da versão anterior da IFRS 3 (2004);

b) A opção de mensurar os interesses não controlados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o activo líquido da entidade adquirida aplica-se apenas a instrumentos que representem efectiva "propriedade" na entidade e que dão direito a uma proporção nos activos líquidos, em caso de liquidação. Todas as outras componentes dos interesses não controlados são mensuradas ao justo valor excepto se outra base de mensuração seja exigida pelas IFRS;

c) Os requisitos da IFRS 3 aplicam-se a todas as transacções de pagamentos baseado em acções que são parte de uma concentração de actividades empresariais, incluindo os planos de pagamentos baseados em acções não alterados ou alterados voluntariamente.

- IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria refere a necessidade de conjugar as divulgações quantitativas e

 3 

qualitativas, bem como a natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros registados nas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

- IAS 1, 'Apresentação das demonstrações financeiras' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). O IASB clarifica que uma entidade pode apresentar a reconciliação das alterações de cada componente do capital próprio na demonstração das alterações ao capital próprio ou nas notas às demonstrações financeiras.
- IAS 27, 'Demonstrações financeiras separadas e consolidadas' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que as alterações efectuadas à IAS 21, IAS 28 e IAS 31 resultantes da revisão efectuada à IAS 27, devem ser aplicadas prospectivamente.
- IAS 34, 'Relato financeiro intercalar' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Maior ênfase nos requisitos de divulgação da IAS 34 relativamente a eventos e transacções, incluindo alterações à mensuração ao justo valor, e à necessidade de actualizar informação relevante relativa ao último relatório anual.
- IFRIC 13 – 'Programas de fidelização de clientes' (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que quando o justo valor dos "créditos de prémios" é mensurado com base no justo valor dos "prémios" pelos quais podem ser trocados, o justo valor dos "créditos de prémios" deve ter em consideração o impacto da estimativa dos créditos que irão expirar assim como o justo valor dos descontos ou incentivos que teriam de ser oferecidos aos clientes a quem não foram atribuídos "créditos de prémio" numa venda inicial.

Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mesure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 1 (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados

como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.

- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados.

- IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.

- IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida.

- IFRS 12 (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28.

- IFRS 13 (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS.

- IAS 27 (revisão 2011) 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

- IAS 19 (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e

Guilherme 5 *D. M.*

apenas nos “Outros rendimentos integrais” (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro.

Principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A N Seguros é uma empresa de seguro directo que exerce actualmente a sua actividade apenas num segmento de negócio - o segmento automóvel.

A Seguradora disponibiliza uma série de produtos com diversas coberturas, quer sejam obrigatórias como é o caso do ramo de responsabilidade civil”, quer sejam facultativas como as que respeitam aos ramos de “Pessoas Transportadas”, “Assistência” e “Protecção Jurídica”.

No entanto, considerando que as coberturas acima referidas se encontram integralmente dependentes do desempenho específico do seguro automóvel e atendendo à definição de critérios de agregação previsto no parágrafo 12 da IFRS 8, a Companhia considera que esta agregação torna mais objectiva a análise do seu desempenho,

b) Operações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos activos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de activos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Seguradora encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se forem prováveis que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Seguradora. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os activos intangíveis estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respectivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflecte, de forma razoável, a vida útil estimada dos activos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas 33,33%

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

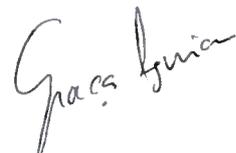
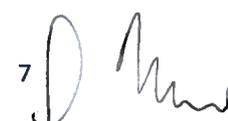
Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

e) Activos financeiros

i) Classificação

A Seguradora classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:


7


- **Activos financeiros detidos para negociação:** adquiridos com o principal objectivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.
- **Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:** esta categoria inclui os activos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.
- **Activos financeiros disponíveis para venda:** são activos financeiros não derivados que: (i) a Seguradora tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- **Activos financeiros a deter até à maturidade:** nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

- **Empréstimos concedidos e contas a receber:** os empréstimos e contas a receber incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixado ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado activo. São registados neste elemento do activo os depósitos a prazo em instituições de crédito.

ii) **Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Seguradora ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Seguradora tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Seguradora tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados (activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Seguradora estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as acções não cotadas são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros detidos para de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e activos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas.

v) Imparidade

A Seguradora avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Seguradora considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respectivo valor de aquisição);
- a Seguradora efectua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

Graciosa
9

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objecto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade, independentemente dos critérios acima.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e que se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. acções) as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos activos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos activos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

(c) Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

O Ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008 de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Seguradora realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o activo como um todo ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos respectivamente, como activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como activos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

h) Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

i) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Seguradora pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os contratos de seguro comercializados pela Seguradora são contratos segundo o qual a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto especificado evento seguro o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como segue:

Grace Lucia 11 

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados essencialmente pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método " Pro-rata temporis ", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 do Instituto de Seguros de Portugal, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respectivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

- **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efectuada das responsabilidades da Seguradora por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data, nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas actuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

j) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

k) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

l) Benefícios concedidos aos empregados

i) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)

A Seguradora concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no activo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

ii) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

Grace Amador 13  

iii) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseados nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

n) Locações

A Seguradora classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Seguradora à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Seguradora apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

o) Provisões, activos e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve de corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existe a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Seguradora são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Seguradora. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Seguradora é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Seguradora, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Seguradora entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Seguradora e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Seguradora e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Seguradora é reconhecido como perda nos resultados. A Seguradora estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Seguradora de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Gracafurian 15 

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Seguradora. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 22.

b) Activos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Seguradora avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Seguradora considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respectivo valor de aquisição);
- a Seguradora efectua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objecto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade, independentemente dos critérios referidos acima.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Seguradora, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

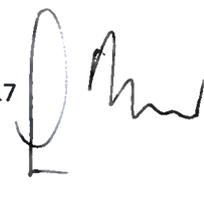
A N Seguros é uma empresa de seguro directo que exerce actualmente a sua actividade apenas num segmento de negócio - o segmento automóvel.

No segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos do ano de 2011 é como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)	
	2011	2010
	Automóvel	
Prémios Adquiridos	12.111.285	11.818.189
Custos com sinistros	-11.517.569	-11.884.566
Outras provisões e gastos técnicos	-884.003	1.182.720
Margem Técnica	-290.287	1.116.344
Resultado de Resseguro Cedido	-1.499.178	-1.377.322
Margem Técnica Líquida	-1.789.465	-260.979
Custos de exploração	-2.065.900	-2.787.159
Resultado de Exploração	-3.855.365	-3.048.137
Resultado financeiro	367.161	517.373
Resultado Técnico	-3.488.204	-2.530.764
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-11.876	79.306
Imposto s/Rendimento	619.857	-1.727
Resultado Líquido do Exercício	-2.880.223	-2.453.186

O relato por segmentos da posição financeira, referente ao ano de 2011, apresenta-se como segue:

Gracinda 17 

ACTIVO	(valores em euros)	
	2011	2010
	Automóvel	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.539.291	1.041.945
Outros investimentos financeiros	16.363.467	17.645.208
Activos financeiros disponíveis para venda	4.056.436	8.495.207
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.205.541	9.150.000
Outros depósitos	9.205.541	9.150.000
Investimentos a deter até à maturidade	3.101.490	0
Outros activos tangíveis	1.051.046	1.216.732
Outros activos	3.973.128	3.922.065
Total	23.926.932	23.825.950

PASSIVO	(valores em euros)	
	2011	2010
	Automóvel	
Provisões Técnicas	16.732.655	15.903.737
Outros Passivos Financeiros	9.000.000	9.000.000
Passivos Subordinados	9.000.000	9.000.000
Outros Credores	932.836	1.118.522
Passivos por Impostos	251.677	225.579
Acréscimos e Diferimentos	1.660.440	1.793.663
Capital Próprio	-4.650.675	-4.215.551
Total	23.926.932	23.825.950

5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios brutos emitidos de seguro directo ascenderam no exercício de 2011 ao valor de 12.040.484 euros, representando um aumento face ao exercício anterior na ordem dos 2%.

Os prémios adquiridos de 2011, líquidos de resseguro são como segue:

	(valores em euros)						
	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios adquiridos Brutos	Prémios de resseguro cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios de resseguro adquiridos	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Directo							
Automóvel	10.529.166	44.668	10.573.834	-62.425	0	-62.425	10.511.410
Responsabilidade Civil	7.654.361	-89.779	7.564.582	-62.425	0	-62.425	7.502.158
Outras coberturas	2.874.805	134.447	3.009.252	0	0	0	3.009.252
Protecção jurídica	326.225	16.127	342.352	0	0	0	342.352
Assistência	1.185.093	10.006	1.195.098	-1.368.537	-68.216	-1.436.753	-241.655
Total	12.040.484	70.801	12.111.285	-1.430.962	-68.216	-1.499.178	10.612.107

Em 2010 os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como se segue:

	(valores em euros)						
	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios adquiridos Brutos	Prémios de resseguro cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios de resseguro adquiridos	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Directo							
Automóvel	10.286.868	26.246	10.313.113	-50.000	-47.438	-97.438	10.215.675
Responsabilidade Civil	7.120.087	-28.765	7.091.322	-50.000	-26.659	-76.659	7.014.663
Outras coberturas	3.166.780	55.011	3.221.792		-20.779	-20.779	3.201.013
Protecção jurídica	361.908	13.483	375.391				375.391
Assistência	1.172.403	-42.718	1.129.685	-1.519.871	239.987	-1.279.884	-150.200
Total	11.821.178	-2.989	11.818.189	-1.569.871	192.549	-1.377.322	10.440.867

Para o aumento registado nos prémios brutos emitidos contribuiu o aumento de tarifa efectuado em Agosto de 2011 e o aumento das apólices subscritas no exercício. Contudo, a implementação de medidas mais restritivas ao nível da política de subscrição e um maior rigor na selecção de risco e saneamento de carteira produziram um efeito de contenção do crescimento.

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi em 2011 de 12% (2010:12%).

6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

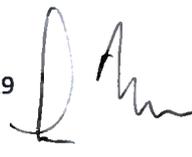
Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Montantes pagos	11.020.490	9.517.242
Montantes Brutos	11.020.490	9.517.242
Parte de resseguradores	0	0
Varição da provisão para sinistros	497.079	2.367.324
Montante bruto	497.079	2.367.324
Parte dos resseguradores	0	0
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	11.517.569	11.884.566

O valor de montantes pagos brutos acima inclui o valor de imputação à função sinistros no montante de 1.059.400 euros (2010: 998.458 euros).

	(valores em euros)		
	2011	2010	Varição
Montantes pagos	11.020.490	9.517.241	1.503.249
Automóvel	10.887.515	9.387.648	1.499.867
Responsabilidade Civil	8.061.699	7.085.308	976.391
Outras coberturas	2.825.816	2.302.340	523.475
Protecção jurídica	28.703	30.568	-1.865
Assistência	104.272	99.025	5.247
Varição da provisão para sinistros	497.079	2.367.325	-1.870.246
Automóvel	497.079	2.367.325	-1.870.246
Responsabilidade Civil	755.302	1.952.130	-1.196.828
Outras coberturas	-258.223	415.195	-673.418
Protecção jurídica	0	0	0
Assistência	0	0	0
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	11.517.570	11.884.566	-366.997

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

Gracia Garcia 19 

	2011	2010	Varição
Prémios brutos emitidos	12.040.484	11.821.178	219.305
Custos com sinistros SD	10.458.169	10.886.107	-427.938
Custos imputados função sinistros	1.059.400	998.458	60.942
Custos de exploração	2.065.900	2.787.159	-721.258
Resultado técnico	-3.488.201	-2.530.764	-957.437
(1) Rácio de sinistralidade	86,86%	92,09%	-5,23%
(2) Rácio de despesas	25,96%	32,02%	-6,07%
(3) Rácio combinado	112,81%	124,11%	-11,30%
(4) Rácio operacional	-28,97%	-21,41%	-7,56%

- (1) Custos com sinistros SD / Prémios brutos emitidos;
(2) (Custos imputados à função sinistros + Custos de exploração) / Prémios brutos emitidos;
(3) Rácio de sinistralidade + rácio de despesas;
(4) Resultado técnico / Prémios brutos emitidos.

A melhoria registada no rácio de sinistralidade deve-se a dois factores: i) aumento dos prémios brutos emitidos; e ii) a Seguradora encontra-se a efectuar uma selecção de risco e saneamento da carteira.

A diminuição do rácio de despesa, deve-se ao facto de que em 2011 a Seguradora ter reduzido os seus custos de estrutura. Ver nota 8.

O agravamento do rácio operacional em 2011 fica-se a dever ao facto de, no exercício em análise, a Companhia ter efectuado um reforço da provisão para riscos em curso no valor de 884 milhares de euros.

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

O valor de 884 milhares de euros reconhecido nesta rubrica corresponde à variação (reforço) da provisão para riscos em curso. Em 2010 a variação foi de 1.183 milhares de euros (correspondeu a uma libertação da provisão para riscos em curso). Adicionalmente ver a nota 22.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Custos imputados	1.462.847	1.778.256
Custos de aquisição diferidos (variação)	125.365	70.470
Total de custos de aquisição	1.588.212	1.848.726
Custos imputados	477.688	938.432
Total de custos administrativos	477.688	938.432
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	2.065.900	2.787.159

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de Aquisição, a Custos de Administrativos, a Custos com Sinistros e a Custos associados à gestão dos Investimentos.

A metodologia de imputação utilizada em 2011 não sofreu alterações face ao exercício anterior.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

Descrição	2011				Total
	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	
Custos com pessoal	262.997	218.399	476.052	8.505	965.954
Fornecimento e serviços externos	1.041.893	203.796	462.388	6.240	1.714.316
Impostos e Taxas	99.211	6.709	14.624	261	120.805
Depreciações do exercício	58.746	48.784	106.337	1.900	215.767
Juros suportados	0	0	0	231.857	231.857
Comissões	0	0	0	24.576	24.576
Total	1.462.847	477.688	1.059.400	273.339	3.273.275

Descrição	2010				Total
	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	
Custos com pessoal	228.494	195.852	228.168	326	652.840
Fornecimento e serviços externos	1.328.677	628.040	636.850	911	2.594.478
Impostos e Taxas	97.724	8.802	10.255	15	116.795
Depreciações do exercício	123.348	105.727	123.172	176	352.424
Juros suportados	14	12	14	183.218	183.257
Comissões	0	0	0	25.235	25.235
Total	1.778.256	938.433	998.458	209.881	3.925.029

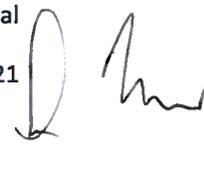
Custos com pessoal

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

GASTOS COM PESSOAL	(valores em euros)	
	2011	2010
Remunerações:		
Órgãos Sociais	78.924	215.033
Pessoal	704.200	326.162
Encargos sobre remunerações	148.561	98.672
Benefícios de cessação de emprego	795	-
Seguros obrigatórios	12.490	2.815
Gastos de acção social	14.366	5.533
Outros gastos com pessoal	6.619	4.625
Total	965.954	652.840

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos, os quais têm funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo). O detalhe das remunerações atribuídas encontra-se na nota 30.

Verificamos que ao nível dos custos com o pessoal a variação resultou da integração dos colaboradores do Contact Center na estrutura da Sociedade, de acordo com a sua política de recursos humanos, a qual

Gracia Garcia 21 

procura reter os colaboradores de qualidade e maximizar o retorno do investimento efectuado, reduzindo, simultaneamente, os riscos de turnover. A N Seguros procura, desta forma, incrementar os níveis de motivação dos seus colaboradores, com reflexos directos na sua produtividade e qualidade de serviço.

Durante o exercício de 2011 a Companhia teve ao seu serviço, 46 trabalhadores (2010: 18 trabalhadores), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro.

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2010 e 2011:

	2011	2010
Direcção	1	1
Chefias não comerciais	3	1
Técnicos	4	2
Administrativos	38	14
Número médio de trabalhadores	46	18

Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Electricidade	19.878	-10.407
Combustíveis	5.102	2.642
Água	761	457
Impressos	1.865	3.828
Material de escritório	13.305	11.526
Livros e documentação técnica	185	81
Conservação e reparação	2.893	1.141
Rendas e alugueres	206.154	153.454
Despesas de representação	879	225
Comunicação	187.114	170.915
Deslocações e estadas	6.268	11.225
Seguros	6.710	16.042
Publicidade e propaganda	676.865	690.690
Limpeza, higiene e conforto	7.147	11.925
Contencioso e notariado	919	915
Vigilância e segurança	32.300	39.758
Trabalhos especializados	426.512	1.395.045
Quotizações da actividade	30.189	13.476
Gastos com cobrança de prémios	89.270	81.387
Outros		154
Total	1.714.316	2.594.478

Em 2010, o edifício sede passou a ser partilhado entre a N Seguros e a Lusitania com taxas de ocupação de 35% e 65%, respectivamente, com reflexos ao nível dos custos de utilização/manutenção. O valor credor apresentado na rubrica de electricidade decorre de acertos em valores provisionados no exercício de 2009, cujo documentos de suporte não tinham sido obtidos à data.

De salientar que as variações verificadas ao nível da rubrica de trabalhos especializadas, resultaram, no essencial, da integração dos colaboradores do Contact Center, reduzindo assim os custos com este outsourcing.

Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Taxa para o ISP	29.138	28.607
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	91.132	87.454
Outros	535	734
Impostos e taxas	120.805	116.795
Activos intangíveis (Nota 21)	16.879	156.478
Outros activos tangíveis (Nota 22)	198.888	195.946
Depreciações e amortizações do exercício	215.767	352.424
Juros do empréstimo subordinado (Ver Nota 27)	231.857	183.257
Juros suportados	231.857	183.257
Comissões	24.576	25.235
Total	824.862	860.967

9. Rendimentos

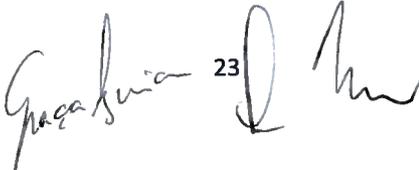
Os rendimentos por categorias de activos financeiros são analisados como segue:

	(valores em euros)	
Rendimentos	2011	2010
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	773.942	399.534
Títulos de rendimento fixo	332.042	209.362
Empréstimos concedidos e contas a receber	441.899	190.171
Outros	12.235	29.756
Títulos de rendimento variável	12.235	29.756
Total	786.177	429.290

O crescimento nos rendimentos deve-se, essencialmente, do rendimento obtido dos Depósitos a Prazo. A aplicação a prazo (9 Milhões de euros no Montepio Geral) em 2010 era remunerada a 2,5%. Este ano, após vencimento em Abril, foi negociado novo depósito a prazo a 6% no Montepio Geral. Em Novembro, 4,5 milhões de euros foram desmobilizados e aplicados no Banco Finantia (à taxa de 4,47%), para dar cumprimento aos requisitos de diversificação prudencial dos instrumentos a representar as provisões técnicas.

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros respeita essencialmente a (i) amortização à taxa efectiva dos títulos de rendimento fixo em carteira no valor de 95.371 euros (2010: 30.264 euros) e (ii) custos imputados à

 23

função investimentos no valor de 273.339 euros (2010: 209.881 euros), dos quais 231.857 euros são juros do passivo financeiros (2010: 183.257 euros) (Ver nota 8).

11. Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2011 e 2010, como segue:

	(valores em euros)		
	2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de capital e unidades de participação	12.012	-10.534	1.477
Títulos da dívida	19.438	-477	18.961
Activos financeiros disponíveis para venda	31.449	-11.011	20.438

	(valores em euros)		
	2010		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de capital e unidades de participação	392.517	-66.966	325.551
Títulos da dívida	26.637	-1.022	25.614
Activos financeiros disponíveis para venda	419.154	-67.988	351.166

12. Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2011 e 2010, como segue:

	(valores em euros)		
	2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados detidos para negociação	0	0	0
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação	0	0	0

	(valores em euros)		
	2010		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados detidos para negociação	19.801	-40.861	-21.060
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação	19.801	-40.861	-21.060

No exercício de 2010 a Companhia adquiriu Contratos de Futuros, classificados como activos financeiros detidos para negociação, sobre os índices PSI20 e IBEX 35.

13. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2011 e 2010 desagregam-se como se segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
De activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital e unidades de participação	-70.744	-1.967
Títulos da dívida		
Total	-70.744	-1.967

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Saldo Inicial	-1.967	0
Instrumentos de capital e unidades de participação	-70.744	-1.967
Títulos da dívida		
Saldo Final	-72.710	-1.967

O quadro seguinte mostra os títulos que apresentam imparidade, em 2011:

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2010	Aumento da Imparidade	Redução da Imparidade	Saldo de imparidade a 31/12/2011
Acções	EDP RENOVAVEIS	ES0127797019	-1.967	0	0	-1.967
Acções	BRISA	PTBRI0AM0000	0	-9.800	0	-9.800
Acções	SONAE SGPS (NOM)	PTSON0AM0001	0	-23.733	0	-23.733
Acções	TELEFONICA	ES0178430E18	0	-15.690	0	-15.690
Acções	GAS NATURAL SDG	ES0116870314	0	-6.313	0	-6.313
UPFIM	BPI BRASIL VALOR	PTYPIYHM0012	0	-15.208	0	-15.208
Total			-1.967	-70.744	0	-72.710

O quadro seguinte mostra os títulos que apresentam imparidade, em 2010:

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2009	Aumento da Imparidade	Redução da Imparidade	Saldo de imparidade a 31/12/2010
Acções	EDP RENOVAVEIS	ES0127797019	0	-1.967	0	-1.967
Total			0	-1.967	0	-1.967

14. Outras provisões (variação)

A rubrica de Outras provisões (variação) diz exclusivamente respeito à variação do ajustamento de recibos por cobrar. O reforço do ano é de 1.318 euros (2010: libertação de 96.313 euros).

15. Outros rendimentos/gastos

A rubrica Outros rendimentos/gastos teve em 2011 e 2010 a seguinte composição:


 25
 

	(valores em euros)	
	2011	2010
Multas não fiscais	-330	-1.377
Multas fiscais	-428	-3.508
Outros gastos	-23.855	-1.128
Outros custos e perdas financeiras	-13.681	-11.266
Outros gastos	-38.293	-17.279
Outros rendimentos e ganhos financeiros	25	38
Outros	27.707	234
Outros rendimentos	27.732	272
Outros rendimentos/(gastos)	-10.561	-17.007

16. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	(valores em euros)	
	2011	2010
De activos financeiros disponíveis para venda		
Caixa	114	0
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.539.177	1.041.945
Total	2.539.291	1.041.945

O acréscimo de liquidez à data de 31 de Dezembro de 2011 decorre, essencialmente, de uma transferência, referente a prestações acessórias no montante de 2.500 milhões de euros, efectuada pelo accionista único da N Seguros, a Lusitania - Companhia de Seguros, SA (Ver Nota 29).

17. Activos disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011		(valores em euros)		
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.409.970	29.137	0	6.619	2.445.726
De emissões públicos	445.210	2.656	0	-8.284	439.583
De outros emissores	1.964.760	26.480	0	14.903	2.006.143
Acções	332.827		-57.503	-3.880	271.445
Outros títulos de rendimento variável	1.475.237		-15.208	-122.732	1.337.298
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	4.218.035	29.137	-72.711	-119.992	4.054.469

(1) Ou custos de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(2) O valor de 2011 da reserva de reavaliação encontra-se impactado pelas valias potenciais negativas dos títulos que foram reclassificados para detidos até à maturidade. Estas valias ascendem a um valor de 128.952 euros (Ver Nota 19).

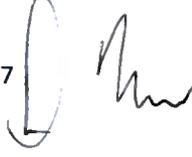
	2010			(valores em euros)	
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.442.505	89.253	0	-193.355	6.338.404
De emissões públicas	2.029.523	19.862	0	-78.473	1.970.912
De outros emissores	4.412.982	69.391	0	-114.882	4.367.491
Ações	336.477	0	-1.967	-21.488	313.023
Outros títulos de rendimento variável	1.822.980	0	0	20.801	1.843.781
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	8.601.963	89.253	-1.967	-194.042	8.495.207

(1) Ou custos de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

O decréscimo verificado no valor dos activos financeiros disponíveis para venda deveu-se essencialmente à reclassificação de parte destes activos em activos a deter até à maturidade (ver Nota 19).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 13.

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisadas como segue:

Gracia Garcia 27 

(valores em euros)

Título	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de mercado
			Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissões públicas						
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.5%-31.10.2013	80.114	333		1.238		79.209
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.3%-31.10.2019	81.204	573		3.084		78.693
BONOS Y OBLIG. ESTADO-4.85%-31.10.2020	168.555	1.293		8.955		160.893
BUNDES OBLIGATION-1.75%-09.10.2015	115.338	456	4.992			120.787
De outros emissores						
BANCO BPI RENDIMENTO MAIS 2007	162.355	142		1.800		160.697
BANCO BPI-SUP.REN.FIXO CR.3AN.30.06.2012	250.000			1.550		248.450
BANCO BPI-SUP.REN.FIXO CR.5AN.30.06.2014	250.000					250.000
CGD-4.375%-13.05.2013	93.390	2.773		1.140		95.023
AUTOSTRAD SPA-5% (9.6.2014)	102.856	2.801		1.152		104.505
BANCO POPOLARE SC-TV-27.01.2012	99.996	440		512		99.924
BANCO POPOLARE SCARL-3.75%-07.08.2012	99.926	1.496		1.831		99.591
BAYER CAPITAL CORP-4.625% - 26.09.14	102.693	1.213	5.725			109.631
BMW FINANCE NV-4%-17.09.2014	49.946	574	2.739			53.258
BRITISH TELECOM - 5.25% (23.06.2014)	149.240	4.110	11.431			164.781
BUONI POLIENNALI DEL T-2%-15.12.2012	99.616	83		1.266		98.433
CASINO GUICHARD PERR-5.5%-30.01.2015	49.982	2.524	2.297			54.802
ENAGAS-3.25%-06.07.2012	49.997	790	128			50.915
ENI SPA - 4.125%(16.09.2019)	49.783	597		165		50.216
GE CAPITAL EURO FUNDO-4.75%-30.07.2014	100.281	1.999	5.094			107.374
PORT. TELECOM INT. FIN.-3.75%(26.03.2012)	50.085	1.434		647		50.872
REPSOL INTL FINANCE-6.5%-27.03.2014	104.764	4.955	1.999			111.718
SANTANDER INTL DEBT SA-TV-27.10.2013	99.850	549		4.446		95.953
Acções						
BRISA	19.598				9.800	9.798
GALP-ENERGIA,SGPS	19.599		965			20.564
SONAE SGPS (NOM)	48.458				23.733	24.725
BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	20.024			4.761		15.264
BOLSAS Y MERCADOS ESPANIOLES	42.287			1.665		40.622
EDP RENOVAVEIS-PUBLICO EM GERAL	3.036		274		1.967	1.343
FERROVIAL .SA	20.336		1.102			21.438
GAS NATURAL SDG	52.064				6.313	45.751
OBRASCON HUARTE LAIN	37.210					37.210
REPSOL YPF	21.156		205			21.362
TELEFONICA	49.059				15.690	33.369
Outros títulos de rendimento variável						
AXA WORLD-EURO INFL BND-I-C	62.640			1.709		60.931
BPI AFRICA	42.231			7.813		34.419
BPI BRASIL VALOR	42.500				15.208	27.292
BPI EURO GRANDES CAPITALIZAÇÕES	42.219			8.517		33.702
BPI EUROPA LUX	168.586			26.719		141.867
BPI HIGH INCOME LUX (I)	250.642			9.476		241.167
BPI OPPORTUNITIES LUX (I)	119.477			19.909		99.569
BPI UNIVERSAL LUX (I)	114.588			6.411		108.177
CAAM - EURO INFLATION BOND-SC	42.426			1.713		40.713
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	50.109			6.876		43.233
MANDARINE VALEUR-I	48.353			10.522		37.831
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	287.429			4.641		282.788
ODDO AVENIR EUROPE-B	49.939			7.318		42.622
Odey Invest Funds PLC - Pan European Fund	44.622			4.542		40.080
REYL GLOBAL - EUROPEAN EQTYS-I	49.196			7.077		42.119
STANDARD LIFE-GLBL INF LN-DE	60.279			509		60.788
Total	4.218.035	29.137	37.460	157.452	72.710	4.054.469

18. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Depósitos a prazo e equivalentes	2011						2010
	Taxa de juro	Data início	Data fim	Juro do período	Capital	Valor de balanço	Valor de balanço
Banco Montepio Geral (MG)	6,00%	30-Abr-11	24-Abr-12	183.750	4.500.000	4.683.750	9.150.000
Finantia	4,47%	23-Nov-11	23-Fev-12	21.791	4.500.000	4.521.791	-
Total				205.541	9.000.000	9.205.541	9.150.000

Foi opção da Administração, por questões de prudência e por forma a cumprir com as regras de diversificação prudencial dos investimentos, relativos à representação das provisões técnicas, encontrar uma outra instituição bancária, onde aplicar metade do depósito a prazo que se encontrava no Montepio Geral em 31 de Dezembro de 2010.

19. Investimentos a deter até à maturidade

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, do ISP, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, do ISP, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como "Activos disponíveis para venda" para a classificação "Activos a deter até à maturidade", com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011.

À data da reclassificação, a Sociedade tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

Do montante total de investimentos a deter até à maturidade a 31 de Dezembro de 2011, no valor de 3.046.584 euros, 2.434.620 euros referem-se ao valor de balanço de títulos reclassificados no exercício corrente da categoria de disponíveis para venda para esta categoria, conforme detalhado abaixo. O valor remanescente é relativo a títulos adquiridos em 2011 classificados directamente nesta categoria.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos activos reclassificados:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	31-12-2011 (valores em Euro)					31-12-2010 (valores em Euro)					
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado [*]	Juro Declarado		Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no		
				Ajustamento (P/L)	(P/L)				Ajustamento (P/L)	Juro (P/L)	
De emissões públicas											
BLI-HETES DO TESOURO-CZ-17.02.2012 (1)	140 000	138 971	139 279	4 516							
CT-3.25%-15.10.2011	100 000	68 500	91 766	2 056	100 000	89 710	99 861	-10 251	39	707	
CT-5%-10RHO-2012/2012 (1)	442 000	428 740	437 438	4 076	187 000	188 088	194 377	-6 289	-7 021	5 098	
CT-5.45%-15.06.2011 (1)	330 000	280 500	303 260	5 902	80 000	81 052	86 269	-5 217	-2 748	1 183	
CT-3.6%-15.10.2011	100 000	148 000	190 449	3 309	100 000	187 140	198 967	-11 827	954	1 529	
CT-4.5%-15.06.2011	100 000	55 000	89 635	1 505	100 000	88 130	100 328	-12 198	-58	2 426	
CT-4.8%-15.06.2011	50 000	46 654	79 224	1 185	2 849	90 000	78 039	87 684	-9 645	90	2 355
BLI-HETES DO TESOURO-CZ-18.11.2011 (2)						50 000	47 890	48 006	-116	273	
BLI-HETES DO TESOURO-CZ-21.09.2011 (2)						165 000	159 783	161 921	-2 139	815	
BLI-HETES DO TESOURO-CZ-21.10.2011 (2)						165 000	158 695	161 349	-2 654	872	
De outros emissores											
BANCO BPI-3% CB-H-RSR-8-17.07.05/12	100 000	97 100	98 448	2 789	1 369	100 000	95 665	99 837	-3 692	155	1 379
BANCO BPI-TX VAR-25.01.2010/1012	100 000	98 750	99 638	5 138	444	100 000	94 500	99 947	-5 447	47	340
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80 000	47 100	65 196	5 933	1 88	80 000	59 903	77 710	-17 807	893	139
BES-5.625%-05.06.2014	100 000	79 000	89 866	3 864	3 212	100 000	86 000	103 918	-17 918	-1 566	3 321
BES-TV-13.02.2013	100 000	84 500	91 428	6 819	247	100 000	84 609	99 894	-15 285	53	104
CAIXA ECO MONTEIRO GERAL-3.25%-27.7.2012	50 000	46 811	48 840	1 961	697	50 000	46 879	49 968	-3 089	27	699
CAIXA ECO MONTEIRO GERAL-TV (03.05.2012)	100 000	92 000	97 614	6 697	296	100 000	90 917	98 641	-7 724	1 338	709
PARPÚBLICA - 3.5% - 04.07.2013	100 000	71 820	94 251	3 600	1 689	100 000	90 651	99 839	-9 188	88	1 688
ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012	100 000	78 000	95 813	5 563	1 112	100 000	90 250	99 806	-9 556	148	1 115
BANIF FINANCE CAV-TV-05.12.2012	44 000	39 820	42 638	3 289	84	44 000	39 351	43 264	-3 914	894	64
CRITER A CAIXA CORP-4.125%-10.11.2014	100 000	95 475	97 987	687	462	100 000	97 300	99 630	-2 330	107	463
EDP FINANCE BV - 3.75% (15.06.2013)	100 000	84 350	96 048	1 108	1 967	100 000	84 940	100 122	-5 182	-37	1 979
EDP FINANCE BV - 3.25%-16.03.2015	100 000	84 000	93 780	1 858	2 575	100 000	91 922	99 511	-7 589	94	2 582
EPG HELIAS PLC-4.375%-11.03.2013	100 000	60 750	88 619	9 083	3 872	100 000	79 530	99 547	-20 017	283	5 872
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2016	100 000	93 758	91 603	1 915	3 820	100 000	90 290	99 875	-9 585	7	5 820
IBERDROLA FINANÇAS SAU-3.5%-13.10.2016	50 000	47 673	47 848	438	378	50 000	47 410	49 951	-2 521	1	379
MONTE DEI PASCHI S ENA-4.75%-30.04.2014	100 000	96 939	102 078	-904	5 180	100 000	102 982	102 728	254	-1 114	3 188
PORT TELECOM INT FIN SA-04.11.2019	80 000	54 571	72 935	865	629	80 000	71 970	79 924	-7 955	3	625
PORTUGAL TELECOM INT FIN SA-30.04.2013	100 000	98 427	102 738	-2 098	4 016	100 000	104 826	104 802	24	-2 855	4 027
RED ELECTRICA FINANBIV-3.5%-07.10.2016	100 000	98 886	98 187	376	823	100 000	97 821	100 293	-2 382	-9	825
Total	3,206,000	2,711,458	3,046,584	80,383	54,906	2,943,000	2,736,233	2,947,373	-211,140	-9,018	44,981

* Valor de mercado 31/12/10 bilionário e 60 = 60 bilionário

- (1) A seguradora efectuou reforços (compras) para estes títulos e classificou-os como Investimentos a deter até à maturidade.
- (2) Estes títulos atingiram a sua maturidade no decorrer do ano de 2011.

20. Outros activos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)									
	Valor Bruto	Saldo Inicial		Aumentos		Transf. e abates	Alienações	Depreciação do exercício		Saldo Final
		Depreciações anteriores	Valor Líquido	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.858	76.440	127.418					25.482		101.935
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	9.074	5.445	3.629	13.343				4.483		12.489
Equipamento Informático - Computadores	43.097	37.403	5.694	15.260				10.478		10.477
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	462.860	1.079.990					154.285		925.705
Programas de computador				659				220		440
Equipamento informático				3.940				3.940		0
Total	1.798.879	582.148	1.216.731	33.203				198.888		1.051.046

Os movimentos ocorridos durante o ano 2010 são analisados como segue:

Guacá 29 *[assinatura]*

RUBRICAS	(valores em euros)									
	Saldo Inicial			Aumentos		Transf. e abates	Alienações	Depreciação do exercício		Saldo Final Valor
	Valor Bruto	Depreciações anterior	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	50.959	152.901					25.482		127.417
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	9.074	3.630	5.444					1.815		3.629
Equipamento Informático - Computadores	34.558	23.039	11.520	8.539				14.364		5.694
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	308.575	1.234.275					154.285		1.079.990
Total	1.790.341	386.202	1.404.139	8.539				195.946		1.216.732

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

21. Outros activos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)									
	Saldo Inicial			Aumentos		Transf. e abates	Alienações	Depreciação do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS										
Despesas com aplicações Informáticas - Software Informático	469.481	435.748	33.732					16.879		16.853
Total	469.481	435.748	33.732					16.879		16.853

Os movimentos ocorridos durante o ano 2010 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)									
	Saldo Inicial			Aumentos		Transf. e abates	Alienações	Depreciação do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS										
Despesas com aplicações Informáticas - Software Informático	418.931	279.270	139.661	50.549				156.478		33.732
Total	418.931	279.270	139.661	50.549				156.478		33.732

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

22. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a decomposição das provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido para o Ramo Automóvel é como se segue:

	(valores em euros)					
	2011			2010		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.482.808	450.606	3.032.202	3.428.244	518.823	2.909.421
Provisão para sinistros	11.023.553		11.023.553	11.133.202		11.133.202
Provisão para riscos em curso	2.226.294		2.226.294	1.342.291		1.342.291
Total	16.732.655	450.606	16.282.049	15.903.737	518.823	15.384.914

A principal variação ocorrida nas provisões técnicas deve-se ao facto de ter sido efectuado, em 2011, um reforço da provisão para riscos em curso no valor de 884 milhares de euros.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	2011			(valores em euros) 2010		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido
Prémios não adquiridos	3.964.467	450.606	3.513.861	4.035.268	518.823	3.516.445
Automóvel	3.466.848		3.466.848	3.511.517		3.511.517
Protecção Jurídica	107.413		107.413	123.541		123.541
Assistência	390.205	450.606	-60.401	400.211	518.823	-118.612
			0			
Custos de aquisição diferidos	-481.659		-481.659	-607.024		-607.024
Automóvel	-421.201		-421.201	-528.236		-528.236
Protecção Jurídica	-13.050		-13.050	-18.584		-18.584
Assistência	-47.408		-47.408	-60.204		-60.204
Total	3.482.808	450.606	3.032.202	3.428.244	518.823	2.909.421

Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, como segue:

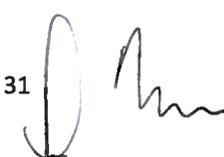
	2011			(valores em euros) 2010		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido
Provisão para sinistros						
Automóvel	11.023.553		11.023.553	11.133.202		11.133.202
Protecção Jurídica						
Assistência						
Total	11.023.553		11.023.553	11.133.202		11.133.202

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 959.403 euros (2010: 1.171.471 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 243.386 euros (2010: 163.970 euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Em 2011, os serviços da Sociedade procederam a uma revisão dos sinistros em aberto referentes a anos anteriores, tendo desta revisão resultado uma libertação de provisão no montante de 984 milhares de euros.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções), em 2011 é a seguinte:

Francisca 31 

(valores em euros)

	Provisão para sinistros em 31/12/10 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/11 (3)	Reajustamentos (3)+(2)- (1)
Não Vida				
Automóvel	11.133.202	4.340.273	4.026.355	-2.766.573
Resp. Civil	9.377.639	3.056.707	3.633.517	-2.687.415
Outras coberturas	1.755.563	1.283.566	392.838	-79.158
Protecção jurídica		10.394		10.394
Assistência		37.757		37.757
Total	11.133.202	4.388.423	4.026.355	-2.718.423

* Sinistros ocorridos no 2010 e anteriores

E em 2010 foi:

(valores em euros)

	Provisão para sinistros em 31/12/09 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/10 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e Doença (1)	70.287			-70.287
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	70.287			-70.287
Automóvel	6.970.105	2.511.718	3.394.443	-1.063.944
Resp. Civil	5.725.948	1.938.605	2.885.649	-901.694
Outras coberturas	1.244.157	573.113	508.794	-162.249
Protecção jurídica				
Assistência				
Total	7.040.392	2.511.718	3.394.443	-1.134.231

* Sinistros ocorridos no 2009 e anteriores

(1) A Sociedade em 2009, tinha registado a cobertura de pessoas transportadas no ramo de Acidentes e doença. Contudo a partir de 2010, esta cobertura passou a ser registada no ramo Automóvel.

Os custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2010 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Automóvel	9.961.090	926.425	497.079	11.384.594
Resp. Civil	7.388.219	673.481	755.302	8.817.001
Outras coberturas	2.572.871	252.944	-258.223	2.567.592
Protecção jurídica		28.703		28.703
Assistência		104.272		104.272
Total	9.961.090	1.059.400	497.079	11.517.569

Os custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2010 são como segue:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2010 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Automóvel	8.518.783	868.865	2.367.324	11.754.972
Resp. Civil	6.483.920	601.388	1.952.130	9.037.437
Outras coberturas	2.034.863	267.477	415.194	2.717.535
Protecção jurídica		30.568		30.568
Assistência		99.025		99.025
Total	8.518.783	998.458	2.367.324	11.884.566

Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, como segue:

(valores em euros)

Provisão para riscos em curso	Saldo a 31/12/2010	Aumento	Diminuição	Saldo a 31/12/2011
Automóvel	1.328.309	767.841	0	2.096.150
Protecção Jurídica	3.298	24.794	0	28.092
Assistência	10.684	91.367	0	102.051
Total	1.342.291	884.003	0	2.226.294

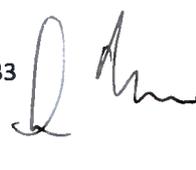
(valores em euros)

Provisão para riscos em curso	Saldo a 31/12/2009	Aumento	Diminuição	Saldo a 31/12/2010
Automóvel	2.525.011	0	1.196.702	1.328.309
Protecção Jurídica		3.298	0	3.298
Assistência		10.684	0	10.684
Total	2.525.011	13.982	1.196.702	1.342.291

A variação registada nesta provisão decorreu da possibilidade concedida/autorizada pelo ISP em 2010, de excluir do seu cálculo, custos não recorrentes (associados ao início de actividade da empresa). Em 2011, apesar da melhoria dos principais indicadores da Sociedade, e dado que a referida exclusão só é admitida nos primeiros três anos de actividade, houve necessidade de reforçar a provisão em 884 mil euros.

23. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

Gracia Guian 33 

	2011	2010
Recibos em cobrança (1)	1.544.090	1.430.484
Reembolsos de sinistros IDS (2)	1.318	1.205
		1.791.932
Por operações de seguro directo	1.545.408	3.223.621
Resseguradores conta corrente	6.823	
Por outras operações de resseguro	6.823	0
Pessoal	332	1.770
IDS (2)	1.082.880	
Outros devedores (3)	170.868	88.582
Por outras operações	1.254.080	90.352
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	2.806.312	3.313.973

(1) A rubrica de recibos em cobrança relativo ao exercício de 2011 inclui um valor referente à receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco) no valor de 1.522.809 euros (2010: 1.392.788 euros).

(2) A rubrica de IDS em 2010 foi apresentada em "Outros devedores por operações de seguro directo". Em 2011, os serviços da Sociedade reclassificaram esta rubrica para "Outros devedores por outras operações". A variação ocorrida nesta rubrica ficou a dever-se, essencialmente, a regularizações e recuperações, efectuadas em 2011 pela Sociedade, de valores de IDS pendentes de encerramento no ano transacto, facto atribuído às melhorias obtidas com a migração de sistema informático operativo.

(3) A rubrica de "Outros devedores por outras operações" engloba, essencialmente, um valor de 82 milhares referentes a reembolsos e um valor de 39 milhares referentes a recibos pendentes de liquidação.

24. Activos e Passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, as rubricas de activos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Activos por impostos correntes		
Reembolsos Segurança Social	932	334
Pagamentos por conta	24.442	23.183
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	33.549	5.573
Total	58.923	29.091
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	4.070	1.727
Retenções na fonte	27.405	15.246
Imposto de selo	93.595	91.705
Taxa FGA	52.478	47.451
Taxa INEM	40.169	38.395
Taxa ISP	14.947	14.623
Contribuições para a Segurança Social	16.755	16.433
IVA	2.257	
Total	251.677	225.579

A Sociedade apurou, no exercício de 2011, um resultado negativo antes de impostos no valor de 3.500.080 euros. O montante da estimativa de imposto a pagar no exercício de 2011 refere-se à tributação autónoma, sendo o valor de 4.070 Euros.

O valor dos impostos diferidos activos/passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, decompõe-se da seguinte forma:

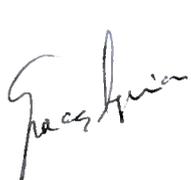
	2011				2010		
	Total	Activo	Passivo	Variação na conta de Ganhos e Perdas	Total	Activo	Passivo
Prejuízos Fiscais	623.927	623.927	-	623.927	-	-	-
Imposto diferidos activos/(passivos)	623.927	623.927	-	623.927	-	-	-

Considerando a projecção de resultados futura para a Sociedade (plano de negócio) e a sua persecução, foi entendimento da Administração reconhecer um imposto diferido activo, no montante de 624 milhares de euros, sobre os prejuízos fiscais reportados de anos anteriores.

	2011	Ano limite de recuperação
Prejuízos fiscais		
Exercício de 2008	6.259.688	2014
Exercício de 2009	6.618.111	2015
Exercício de 2010	3.583.635	2014
Exercício de 2011	3.517.559	2015
Total	19.978.992	

25. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do activo e passivo estão contabilizados os seguintes acréscimos e diferimentos:


 35
 

	(valores em euros)	
	2011	2010
Acréscimo e diferimentos activos		
Gastos diferidos com seguros	4.022	2.151
Outros gastos diferidos	14.670	24.194
Outros rendimentos diferidos	165	101
Total	18.858	26.446
Acréscimo e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações (1)	-105.289	-66.955
Receita antecipada diferida (2)	-1.522.809	-1.392.788
Acréscimos de custos (fornecimentos externos ainda não facturados ou não recepcionados) (3)	-32.341	-333.919
Total	-1.660.440	-1.793.663

(1) O aumento do número de contratações de pessoal efectuadas no exercício de 2011 reflecte-se no mesmo sentido ao nível das responsabilidades contratuais e sociais, uma vez que a Sociedade integrou nos seus quadros colaboradores do Contact Center, de acordo com a sua política de recursos humanos. Este aumento do número de colaboradores explica os aumentos ocorridos nas rubricas respeitante a seguros e férias, como se pode constatar pela variação ocorrida 2011/2010 nas rubricas "Gastos Diferidos com seguros" e "Acréscimos de Custos com remunerações" (Ver Nota 8).

(2) Ver explicação na Nota 23.

(3) A variação na rubrica "Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos" ocorrido em 2011 deveu-se, para além de uma diminuição dos gastos gerais, a um esforço acrescido no sentido de recepção atempada e contabilização de todas as facturas do ano, como se poderá verificar pelo incremento verificado na conta de fornecedores (ver Nota 28).

26. Afecção dos investimentos e de outros activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Seguradora é obrigada a afectar os seus investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a afecção dos investimentos e de outros activos é analisada como segue:

	(valores em euros)		
	2011		
	Seguros não vida afectos	Não afectos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.539.291		2.539.291
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.610.710		1.610.710
Títulos de dívida	2.445.726		2.445.726
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	9.205.541		9.205.541
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	3.101.490		3.101.490
Outros activos tangíveis	210.209	840.837	1.051.046
Outros activos		3.973.128	3.973.128
Total	19.112.967	4.813.965	23.926.932

	(valores em euros)	
	2011	2010
Estornos a pagar	5.995	1.121
Reembolsos		35.812
Por operações de seguro directo	5.995	36.934
Resseguradores conta corrente	329.616	299.278
Por outras operações de resseguro	329.616	299.278
Fornecedores	128.895	22.474
Pessoal	150	623
Outros credores	468.180	707.753
Títulos a liquidar		51.461
Por outras operações	597.225	782.311
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	932.836	1.118.522

Das variações ocorridas em “Outros credores por operações de seguros e por outras operações” salientamos o i) decréscimo verificado na rubrica “Outros credores” que se deveu, essencialmente, ao esforço efectuado em 2011 de regularização do saldo com a Lusitania - Companhia de Seguros S.A. (relativo a prestações de serviços e outros) e ii) o acréscimo verificado em “Fornecedores” (explicado na Nota 25).

29. Capital próprio

O Capital próprio da Seguradora em 31 de Dezembro de 2011 é negativo em €4.651 milhares (2010: negativo em €4.216 milhares), na sequência dos resultados negativos obtidos desde o início da actividade (2008). Considerando esta situação o accionista deverá tomar as medidas julgadas convenientes para ultrapassar o incumprimento previsto no art. 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem, por parte da Administração, projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações da Sociedade. Foi preparado, pela Administração um plano de negócio, para o período compreendido entre 2012 e 2015, no qual estão projectados os resultados futuros e a viabilidade da Sociedade.

Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por dois milhões e quinhentos mil acções nominativas, com valor nominal de 5 Euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

A Seguradora apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 124%, em 31 de Dezembro de 2011 (2010: 136%).

Outros instrumentos de capital

Em 2011, o accionista, Lusitania – Companhia de Seguros, SA, injectou na Sociedade uma prestação acessória pecuniária sujeita ao regime de prestações suplementares, no montante de 2.500.000 euros, a qual se encontra registada em Outros Instrumentos de Capital. A referida prestação foi aprovada na acta n.º 7 da Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 2011. Os estatutos da Seguradora foram alterados em conformidade, conforme referido na mesma.

As prestações acessórias não têm prazo de reembolso nem vencem juros.

Reserva de reavaliação

	(valores em euros)	
	2011	2010
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Ver nota 6)	-119.992	-194.043
Por reclassificação de "Activos financeiros disponíveis para venda" para "Investimentos a deter até à maturidade" (Ver nota 19)	-128.952	
Total	-248.944	-194.043

Resultados transitados

Em 2011, os resultados transitados da Companhia ascendem a um valor negativo de 16.521.508 euros. Em 2010 eram de 14.068.322 euros negativos. A variação resulta da incorporação dos resultados negativos do exercício de 2010, que ascenderam a 2.453.186 euros.

Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Seguradora.

	(valores em euros)	
	2011	2010
Resultado Líquido do Exercício	-2.880.223	-2.453.186
Número total de acções (Nota 25)	2.500.000	2.500.000
Resultado por acção	-1,15	-0,98

30. Transacções com partes relacionadas

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 64,22% pelo Montepio Geral - Associação Mutualista, 25,65% pela Caixa Económica Montepio Geral, 5,37% pela Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. e 4,76% por restantes accionistas.

Nos exercícios de 2011 e 2010 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direcção Executiva:

Grace Guina 39 ↓

	(valores em euros)	
	2011	2010
Conselho de Administração		
Remunerações	14.036	157.500
Encargos sociais	2.754	16.323
Conselho Fiscal	16.245	7.125
ROC*	48.643	47.593
	81.678	228.541
Direcção Executiva		
Remunerações	57.328	65.000
Encargos sociais	14.191	14.502
	71.519	79.502

* valor dos serviços prestados com IVA incluído

O Conselho de administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), os quais não recebem qualquer remuneração pelos cargos exercidos.

A variação ocorrida nas remunerações dos Órgãos Sociais, deve-se ao facto de, em Dezembro de 2010, o Sr. Dr. Renato Homem ter renunciado ao cargo de administrador da Sociedade, tendo a sua saída efectiva ocorrido no mês de Janeiro de 2011.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Conselho Fiscal		
Presidente Conselho Fiscal *	5.985	2.625
1º Vogal *	5.130	2.250
2º Vogal *	5.130	2.250
	16.245	7.125

* valor dos serviços prestados com IVA incluído

A variação do ano registada nas remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal decorreu de alguns acertos efectuados este ano relativamente ao ano anterior.

Os honorários com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 48.643 euros (2010: 47.593 euros), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efectuado pela Seguradora à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP e a revisão do relatório enviado pela Seguradora ao ISP sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Dado que a N Seguros é detida pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA, que por sua vez pertence ao Grupo Montepio Geral, existem algumas sinergias possíveis de obter.

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as entidades especiais com as quais a N Seguros transaccionou bens ou serviços nos exercícios de 2011 e 2010:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A;
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A;
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A;
- Sociedade Portuguesa de Administrações S.A.

Nos exercícios de 2011 e 2010 as demonstrações financeiras da Seguradora incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

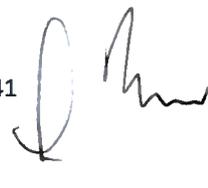
(valores em euros)				
2011				
SPA	Lusitania	Lusitania Vida	MG	Total
Activo				
Depósitos à ordem			2.225.499	2.225.499
Empréstimos e contas a receber			4.683.750	4.683.750
Investimentos a deter até à maturidade			147.457	147.457
Passivo				
Passivos Subordinados	9.000.000			9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	445.376			445.376
Capital Próprio				
Capital	12.500.000			
Outros instrumentos de capital	2.500.000			
Ganhos e Perdas				
Fornecimentos e Serviços Externos	-91.738	-17.638	-1.562	
Juros de depósitos a prazo			413.250	
Juros de empréstimo subordinado	-231.857			

(valores em euros)				
2010				
SPA	Lusitania	MG	Total	
b				
Activo				
Depósitos à ordem		742.454	742.454	
Empréstimos e contas a receber		9.000.000	9.000.000	
Passivo				
Passivos Subordinados	9.000.000		9.000.000	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	707.871		707.871	
Capital Próprio				
Capital	12.500.000			
Ganhos e Perdas				
Fornecimentos e Serviços Externos	-55.200	-106.488		
Juros de depósitos a prazo			186.490	
Juros de empréstimo subordinado	-182.646			

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

31. Gestão de riscos

Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

Guilherme 41 

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Seguradora de Seguros, são transferidos para um ressegurador (ou um conjunto de resseguradores).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarificação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarificação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a N Seguros tem realizado um esforço para diversificar o seu negócio por segmento de clientes.

Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efectuadas, concentrações de risco e sinistros efectivos comparados com estimativas anteriores

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efectuadas em 2010 aos valores efectivamente verificados, apurou-se:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

(valores em euros)

Ano Ocorrência	Provisão IBNR 31/12/2010	Custos com sinistros (1)	Suficiênci a
2008	0	765	-765
2009	113.423	-85.928	199.351
2010	1.058.048	659.968	398.080
Total	1.171.471	574.805	596.666

(1) Sinistros reportados no ano ocorridos em anos anteriores.

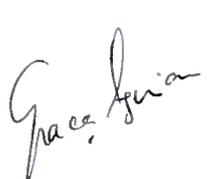
Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008 - 1T									
2008 - 2T	0	0	0	0	0	0	0	1	-1
2008 - 3T	0	0	0	0	0	0	0	1	-1
2008 - 4T	0	2	-2	0	0	0	0	0	0
2009 - 1T	1	1	0	1	1	0	1	8	-7
2009 - 2T	2	6	-4	1	1	0	1	23	-22
2009 - 3T	4	4	0	2	1	1	1	171	-170
2009 - 4T	6	4	2	3	1	2	14	202	-188
2010 - 1T	10	18	-8	2	0	2	19	80	-61
2010 - 2T	16	9	7	3	2	1	61	116	-55
2010 - 3T	33	14	19	3	2	1	237	166	71
2010 - 4T	261	206	55	13	13	0	797	407	390
	333	264	69	29	21	8	1.131	1.175	-44

O desvio verificado em "Outras coberturas" deve-se, essencialmente, a sinistros de quebra isolada de vidros.

Com o objectivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade, optou-se por efectuar uma alteração na taxa de sinistralidade, onde se concluiu que uma variação 5 pontos percentuais nesta variável, relativamente a sinistros do exercício, implica uma alteração mais que proporcional em 28.9% no resultado da Sociedade.

Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.


 43 

A N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Seguradora está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Seguradora, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Seguradora está exposta são:

- Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de mismatching entre activos e passivos.

O elevado risco de concentração da Seguradora advém sobretudo da grande concentração dos depósitos bancários. No entanto, como forma de mitigar o risco acima descrito, em 2011 foram reinvestidos, noutra entidade bancária (Finantia), 4,5 milhões de euros referentes ao empréstimo subordinado, conforme acordado com o ISP.

Na N Seguros a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

O risco de mercado encontra-se, essencialmente, em território português ou da União Europeia.

Analisando a componente obrigacionista da carteira da Seguradora, em 2011, a sensibilidade da carteira a variações de 1 p.p da taxa de juro de mercado reduziu-se de 1.8 para 1.3. Por exemplo, a subida em 1 p.p. da taxa de juro traduzir-se-ia, em Dezembro de 2011, numa desvalorização da carteira total de 1.3%. Esta redução deveu-se essencialmente à aproximação da maturidade, de grande parte dos investimentos obrigacionistas detidos na carteira de investimentos da N Seguros.

Considera-se que a carteira apresentava um nível de risco de mercado de taxa juro relativamente baixo, no final de 2011, quando comparado com alguns índices de referência no mercado e fundos de obrigações das diversas classes:

EFFAS > 1 Ano (dívida pública): duration em Dez-2011 de 5.96

Generali Euro Bond Fund (dívida corporate): duration em Dez-2011 de 3.55

Muzinich Europeyield Euro High Yield Fund: duration em Dez-2011 de 3.57

Ainda, durante o ano de 2011, a gestão decidiu manter, ao longo do ano, níveis de duration baixos e risco de mercado relativamente reduzido, dada a situação de incerteza política, económica e financeira, verificada em grande parte dos países na zona euro. A crise financeira resultante do excesso de endividamento dos países periféricos da zona euro que levou a um pedido de ajuda financeira por parte de Portugal, acabou por limitar investimentos de maior duração na carteira.

N-Seguros	Dez-10	Jun-11	Dez-11
------------------	---------------	---------------	---------------

<i>Duration</i>	1.8	1.48	1.3
-----------------	-----	------	-----

• Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Seguradora se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Seguradora com emitentes de valores mobiliários, devedores, tomadores de seguros e resseguradores.

No seguimento da análise efectuada no ponto acima e no que respeita a este risco, ao longo de 2011, o spread médio da carteira aumentou de 313 bps para 942 bps e a notação de rating reduziu-se de A- para BB+, notando um aumento do risco de crédito da carteira. A crise soberana que se verificou na Europa, intensificou-se no decorrer de 2011 e atingiu fortemente os países periféricos (Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha e Itália), agravando o risco de crédito dos Estados e da generalidade das empresas nestes países, o que se reflectiu, mais uma vez, em sucessivas reduções de ratings dos emitentes de dívida. O aumento do prémio de risco exigido pelos investidores, para os investimentos detidos em carteira, aumentou, sobretudo para a dívida de instituições financeiras da zona ibérica. A exposição da carteira a dívida Portuguesa contribuiu igualmente para a deterioração do risco de crédito da carteira total.

N-Seguros	Dez-10	Jun-11	Dez-11
<i>Spread médio</i>	313	614	942
<i>Rating médio</i>	A-	BBB-	BB+

Adicionalmente podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Seguradora, no quadro seguinte:

Rating	2011	Peso	2010	Peso
A	98.444	2%	1.357.978	21%
A-	315.817	6%	2.032.446	32%
A+	615.797	12%	252.851	4%
AA	107.400	2%	377.640	6%
AA+	0	0%	231.455	4%
AA-	95.969	2%	0	0%
AAA	120.798	2%	409.830	6%
BB	399.629	8%	0	0%
BB-	113.431	2%	0	0%
BB+	1.947.711	37%	240.967	4%
BBB	694.957	13%	438.513	7%
BBB-	263.382	5%	520.825	8%
BBB+	296.224	6%	484.423	8%
CCC	143.778	3%	0	0%
Total	5.213.338	100%	6.346.927	100%

De salientar que os valores apresentados nos quadros dos títulos de dívida, encontram-se a considerar os títulos detidos até à maturidade ao valor de mercado, enquanto nas demonstrações financeiras estes encontram-se ao custo alisado.

Como podemos verificar, os títulos de dívida com rating BB+ representam 37%, dos títulos de dívida (2010: 32% A-).

De acordo com a IFRS 7, os activos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo;

Gracia Garcia 45 

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro;

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos activos financeiros por níveis, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

(valores em euros)				
2011				
Tipo de Activo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento Fixo	5.048.766	498.450		5.547.216
Títulos de rendimento Variável	1.610.710			1.610.710
TOTAL	6.659.476	498.450		7.157.926

De salientar que no quadro acima os activos a deter até à maturidade encontram-se ao seu custo de aquisição alisado.

(valores em euros)				
2010				
Tipo de Activo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento Fixo	4.826.554	755.925		5.582.479
Títulos de rendimento Variável	2.156.804			2.156.804
TOTAL	6.983.357	755.925		7.739.282

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a N Seguros apresentou movimentos contabilísticos com diversos resseguradores, os quais detinham os ratings da Standard & Poor's abaixo mencionados:

RESSEGURADOR	2011	2010
Europ Assistance	NR	NR
Hannover Ruck	AA-	AA-
Mapfre Re	A	AA
MMA*	Api(*)	Api(*)
Münchener Rück	AA-	AA-
Nacional Reaseguros	A	A+
Odyssey Re	A-	A-
PartnerRe	A+	AA-
R+V Versicherungs	AA-	A+
SCOR	A	A
Sirius	A-	-
Swiss Re (leader)	A+	A+
Trans Re	A+	-

* empresa mútua não cotada em bolsa

Adicionalmente efectuamos a desagregação dos títulos de dívida, pelos vários sectores de actividade:

Sector	2011	Peso	2010	Peso
Basic Materials	109.656	2%	230.715	4%
Communications	373.388	7%	398.262	6%
Consumer, Cyclical	53.269	1%	53.066	1%
Consumer, Non-cyclical	159.349	3%	164.467	3%
Energy	161.981	3%	164.673	3%
Financial	2.088.991	40%	2.519.672	40%
Government	1.797.170	34%	2.068.756	33%
Utilities	469.533	9%	487.500	8%
Industrial	0	0%	259.816	4%
Total	5.213.338	100%	6.346.927	100%

Como podemos verificar, em 2011, 74% (2010:73%), dos títulos de dívida em carteira respeitam ao sector bancários e a dívida governamental.

De seguida são apresentados os títulos de dívida por país do emitente:

Country Risk	2011	Peso	2010	Peso
ALEMANHA	174.067	3%	289.632	5%
ESPAÑA	807.500	15%	694.950	11%
ESTADOS UNIDOS	107.400	2%	107.726	2%
FRANÇA	54.818	1%	165.578	3%
GRÉCIA	143.778	3%	240.967	4%
HOLANDA	221.410	4%	484.479	8%
ITÁLIA	551.375	11%	464.650	7%
PORTUGAL	2.988.168	57%	3.612.216	57%
REINO UNIDO	164.824	3%	164.900	3%
SUÉCIA	0	0%	121.828	2%
Total	5.213.338	100%	6.346.927	100%

Como podemos verificar no quadro acima, 57% dos títulos de dívida detidos pela Seguradora são de emitentes portugueses.

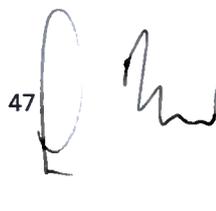
De seguida apresentamos os títulos de dívida pública por país:

Dívida pública	2011	Peso	2010	Peso
ALEMANHA	120.798	7%	236.566	11%
ESPAÑA	318.868	18%	306.286	15%
ITÁLIA	98.444	5%	0	0%
PORTUGAL	1.259.060	70%	1.352.640	65%
HOLANDA	0	0%	64.375	3%
FRANÇA	0	0%	108.889	5%
Total	1.797.170	100%	2.068.756	100%

Verificamos que em 2011, 70% da dívida pública é a portuguesa (2010: 65%).

- Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Seguradora não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas. Este risco, calculado com base no

Grace Avian 47 

exercício QIS 5, tem um peso de cerca de 0,9% do Risco de Mercado (antes de aplicado o factor de diversificação).

No quadro seguinte podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida que se encontram na carteira da Seguradora, assim temos:

Maturidade dos activos	2011	Peso	2010	Peso
[0 - 1] Yr or Open-ended	1.684.748	32%	1.257.225	20%
[1 - 3] Yr	2.252.882	43%	1.837.613	29%
[3 - 5] Yr	565.847	11%	2.117.293	34%
[5 - 10] Yr	709.862	14%	1.038.371	17%
Greater than 10 Yr	0	0%	96.425	2%
Total	5.213.338	100%	6.250.502	100%

Como podemos verificar no quadro acima 75%, dos títulos de dívida que a Seguradora tem na sua carteira de investimentos, vencem-se no máximo de três anos.

- Risco Operacional

Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.

O modelo de redundância de gestão de sistemas de informação existente na N Seguros permite à Seguradora o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra interrupção na continuidade do negócio.

A gestão estratégica de activos é decidida pelo Conselho de Administração em conformidade com a estratégia empresarial aprovada e executada pela Direcção Executiva, tendo em conta que os mesmos devem ser realizados dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

A política de gestão de risco da Seguradora assenta no princípio da gestão integrada do risco (risk management) enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor, a qual aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através da:

- Cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Seguradora;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à actividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objectivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do risk appetite e da risk tolerance;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

2.º Nível – Operacional:

- Num segundo nível, por sua vez, teremos as funções de risco e controlo, responsáveis por definir a política de risk management e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão.

3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de compliance, a estratégia, processos, políticas e procedimentos definidos.

32. Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R e 4/2011-R emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

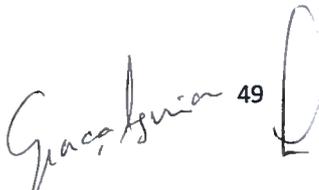
A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2011 e 2010 apresenta-se de seguida:

	(valores em euros)	
	2011	2010
Capital	12.500.000	12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000	
Reserva de reavaliação	-248.944	-194.043
Resultados Transitados	-16.521.508	-14.068.322
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	-2.880.223	-2.453.186
Valor de Balanço	-4.650.675	-4.215.551
Empréstimo subordinado	9.000.000	9.000.000
Outros	-16.853	-33.732
Ajustamentos à Margem de Solvência	8.983.147	8.966.268
Elementos constitutivos da Margem de Solvência	4.332.471	4.750.717
Margem de Solvência requerida	3.500.000	3.500.000
Rácio de Solvência	124%	136%

33. Compromissos

Durante o ano de 2011, a N Seguros registou na contabilidade apenas contratos de locação operacional, tratando-se de contratos de aluguer operacional de viaturas (renting).

	2011		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	4.338	24.022
Total	29.490	4.338	24.022

 49 

	2010		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	4.338	28.360
Total	29.490	4.338	28.360

34. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31 de Dezembro de 2011

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço (valores em euros)	
							unitário*	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.1 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
PTCMKROE0009	CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-3.25%-27.7.2012		50.000,00	99,88		49.939,50	99,07	49.537,31
X50217992030	CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV.(03.05.2012)		100.000,00	97,30		97.300,58	97,91	97.909,90
	sub-total		150.000,00			147.240,08		147.447,21
	total		150.000,00			147.240,08		147.447,21
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 Acções								
PTBRIDAM0000	BRISA .	3.850			5,09	19.598	2,55	9.798
PTGALDAM0009	GALP-ENERGIA.SG.PS	1.807			10,85	19.599	11,38	20.564
PTSONDAM0001	SONAE SG.PS (NOM)	53.867			0,90	48.458	0,46	24.725
	sub-total	59.524				87.655		85.087
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTPTBTFGE0010	BILHETES DO TESOURO-CZ-17.02.2012		140.000	96,26		134.758	99,48	139.273
PTOTE3OE0017	OT - 3.35% (15.10.2015)		100.000	99,82		99.820	92,47	92.471
PTOTEKO0003	OT - 5% - JUNHO - 2002/2012		442.000	101,19		447.244	101,69	449.454
PTOTE3OE0009	OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013		330.000	92,52		305.323	93,37	308.125
PTOTE3OE0017	OT - 3.8% - 15.10.2014		200.000	99,27		198.542	95,98	191.964
PTOTENO0018	OT - 4.45% - 15.06.2018		100.000	100,40		100.397	92,05	92.055
PTOTE3OE0029	OT - 4.8% - 15.06.2020		90.000	97,33		87.594	90,64	81.573
	sub-total		1.402.000			1.379.678		1.354.914
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBBRCOM0023	BANCO BPI RENDIMENTO MAIS 2007		163.000,00	98,58		160.684,68	98,59	160.697,30
PTBB2IOM0005	BANCO BPI-SUP.REM.FIXO CR.3AN.30.06.2012		250.000,00	100,00		250.000,00	99,38	248.450,00
PTBB2IOM0004	BANCO BPI-SUP.REM.FIXO CR.5AN.30.06.2014		250.000,00	100,00		250.000,00	100,00	250.000,00
PTCG16OM0004	CGD-4.375%-13.05.2013		100.000,00	91,05		91.047,31	95,02	95.023,21
PTBB24OE0000	BANCO BPI-3% DB.HIP.SR.6-17.07.09/12		100.000,00	99,20		99.201,56	99,82	99.817,32
PTBB5VOM0004	BANCO BPI-TX.VAR.-25.01.2010/2012		100.000,00	99,90		99.900,00	100,08	100.081,91
PTBACT3OM0000	BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014		80.000,00	96,01		76.806,72	81,85	65.483,74
PTBLMGM00002	BES-5.625%-05.06.2014		100.000,00	105,60		105.598,00	93,08	93.077,87
PTBLMWM00002	BES-TV-25.02.2013		100.000,00	99,84		99.841,30	91,68	91.675,22
PTPETCOM0006	PAR.PUBLICA - 3.5% - 08.07.2013		100.000,00	99,74		99.740,00	95,93	95.933,75
	sub-total	56.524	1.943.000			1.932.822		1.900.140
	total	56.524	2.745.000			2.796.456		2.710.244
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 Acções								
ES0113211835	BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	2.285			8,76	20.024	6,68	15.264
ES0115056139	BOLSAS Y MERCADOS ESPANIOLES	1.953			21,65	42.287	20,80	40.622
ES012797019	EDP RENOVAVEIS-PUBLICO EM GERAL	700			4,34	3.036	4,73	3.310
ES0118900010	FERROVIAL SA	2.299			8,85	20.336	9,33	21.438
ES0116870314	GAS NATURAL SDG	3.449			15,10	52.064	13,27	45.751
ES0142090317	OBRASCON HUARTE LAIN	1.920			19,38	37.210	19,38	37.210
ES0173516115	REPSOL YPF	900			23,51	21.156	23,74	21.362
ES0178430E18	TELEFONICA	2.493			19,68	49.059	13,39	33.369
	sub-total	45.969				245.172		218.925
2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento								
LU0227145389	AXA WORLD-EURO INF.L BND+I-C	545			114,94	62.640	111,80	60.931
PTYPIDHE0017	BPI AFRICA	5.447			7,75	42.231	6,32	34.419
PTYPPIHMO012	BPI BRASIL VALOR	8.483			5,01	42.500	3,22	27.292
PTYPPIHMO008	BPI EURO GRANDES CAPITALIZAÇÕES	3.638			11,61	42.219	9,26	33.702
LU0049785407	BPI EUROPA LUX	15.498			10,88	168.586	9,15	141.867
LU0220378110	BPI HIGH INCOME LUX (I)	36.870			6,80	250.842	6,54	241.167
LU0220377575	BPI OPPORTUNITIES LUX (II)	17.167			6,96	119.477	5,80	99.569
LU0220378623	BPI UNIVERSAL LUX (I)	16.806			6,82	114.588	6,44	108.177
LU0201576666	CAAM - EURO INFLATION BOND- SC	327			129,76	42.426	124,52	40.213
LU0260086037	JUPITER GLOBAL FD-EURO GRD I	2.600			19,27	50.109	16,63	43.233
FR0010558841	MANDARINE VALEUR - I	12			4.193,75	48.353	3.281,15	37.831
LU0141799097	NORDEA 1 EUR HIGH YLD-BI-EUR	14.041			20,47	287.429	20,14	282.788
FR0010251106	ODD ANVENIR EUROPE-B	0			165.911,31	49.939	141.600,30	42.622
IE0031284907	Odey Invest Funds PLC - Pan European Fund	210			212,14	44.622	190,55	40.980
LU0375629556	REYL GLOBAL - EUROPEAN EGTYS- I	214			229,56	49.196	196,54	42.119
LU0548167740	STANDARD LIFE-GIBL INF LN-DE	5.660			10,65	60.279	10,74	60.788
	sub-total	37.577				1.475.237		1.337.298
2.2.2 Títulos de dívida								
2.2.2.1 De dívida pública								
ES00000122R7	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.5%-31.10.2013		80.000	100,25		80.202	99,01	79.209
ES0000012106	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.3%-31.10.2019		80.000	101,78		81.423	98,37	78.693
ES00000122T3	BONOS Y OBLIG. ESTADO-4.85%-31.10.2020		160.000	106,09		169.748	100,56	160.893
DE0001141588	BUNDES OBLIGATION-1.75%-09.10.2015		115.000	100,39		115.444	105,03	120.787
	sub-total		435.000			446.817		439.583
2.2.2.3 - De outros emissores								
X50193947271	AUTOSTRADE SPA- 5% (8.6.2014)		100.000	105,78		105.780	104,50	104.505
X50481254257	BANCO POPOLARE SC-TV-27.01.2012		100.000	99,90		99.902	99,92	99.924
X50443820088	BANCO POPOLARE SCARL-3.75%-07.08.2012		100.000	99,63		99.625	99,59	99.591
X50420117383	BAYER CAPITAL CORP-4.625% - 26.09.14		100.000	105,14		105.142	109,63	109.631
X50451689565	BMW FINANCE NV-4%-17.09.2014		50.000	99,80		49.901	106,52	53.258
X50306773234	BRITISH TELECOM - 5.25% (23.06.2014)		150.000	98,97		148.458	109,85	164.781
IT0004564656	BUONI POLJENNAI DEL T-2%-15.12.2012		100.000	99,27		99.266	98,43	98.433
FR0010773697	CASINO GUICHARD PERR-5.5%-30.01.2015		50.000	99,99		49.964	109,60	54.802
ES0300795746	ENAGAS-3.25%-06.07.2012		50.000	99,43		49.716	100,43	50.216
X50451457435	ENI SPA - 4.125%(16.09.2019)		50.000	99,96		49.982	101,83	50.915
X50441800579	GE CAPITAL EURO FUND-4.75%-30.07.2014		100.000	100,55		100.547	107,37	107.374
X50215828830	PORT. TELECOM INT.FIN.-3.75%(26.03.2012)		50.000	101,85		50.925	101,74	50.872
X50419352199	REPSOL INTL FINANCE-6.5%-27.03.2014		100.000	110,19		110.194	111,72	111.718
X50552177858	SANTANDER INTL DEBT SA-TV-27.10.2013		100.000	99,76		99.756	95,95	95.953
X50451674617	ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012		100.000	96,75		96.637	96,92	96.925
X50300795746	BANIF FINANCE CAVI-TV-05.22.2012		100.000	99,52		99.523	98,45	98.449
ES0340690009	CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014		100.000	99,66		99.657	96,92	96.925
X50221295628	EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)		100.000	100,16		100.161	98,01	98.015
X50495010133	EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015		100.000	99,42		99.417	96,36	96.356
X50443680052	EGF HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013		100.000	99,25		99.245	92,48	92.485
X50479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000	99,87		99.868	95,42	95.423
X50548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016		50.000	99,86		49.929	96,45	48.225
X5042650102	MONTED DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014		100.000	103,92		103.920	105,26	105.257
X50462994343	PORT. TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019		80.000	99,90		79.922	81,82	73.458
X5042162180	PORTUGAL TELECOM INT.FIN.-6%-30.04.2013		100.000	107,86		107.859	106,74	106.745
X50545097742	RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016		100.000	100,20		100.202	99,00	99.000
	sub-total	143.516	7.708.000			7.810.054		7.305.831
	total	209.042	4.604.000			4.868.859		4.360.237
3 - TOTAL GERAL								

* Inclui o valor dos juros decorridos

Gracia Guzman

N SEGUROS 2011
Anexo 2

	(valores em euros)			
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/10 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/11 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Automóvel	11.133.202	4.340.273	4.026.355	-2.766.573
Responsabilidade Civil	9.377.639	3.056.707	3.633.517	-2.687.415
Outras coberturas	1.755.563	1.283.566	392.838	-79.158
Protecção jurídica		10.394		10.394
Assistência		37.757		37.757
Total	11.133.202	4.388.423	4.026.355	-2.718.423

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Graco
Am

N SEGUROS 2011
Anexo 3

Ramos/Grupos de ramos	(valores em euros)			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2011 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Automóvel	9.961.090	926.425	497.079	11.384.594
Responsabilidade Civil	7.388.219	673.481	755.302	8.817.001
Outras coberturas	2.572.871	252.944	-258.223	2.567.592
Protecção jurídica		28.703		28.703
Assistência		104.272		104.272
Total	9.961.090	1.059.400	497.079	11.517.569

Guilherme F. Amador

(valores em euros)

Discriminação de alguns valores por ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Automóvel	10.529.166	10.573.834	11.384.594	1.803.995	-62.425
Responsabilidade Civil	7.654.361	7.564.582	8.817.001	1.293.055	-62.425
Outras coberturas	2.874.805	3.009.252	2.567.592	510.940	
Protecção jurídica	326.225	342.352	28.703	58.111	
Assistência	1.185.093	1.195.098	104.272	203.794	-1.436.753
Total	12.040.484	12.111.285	11.517.569	2.065.900	-1.499.178

-70.801,12

Grace Maria L. M.

